

País europeu, Portugal é também um país atlântico. Potência pequena, semiperiférica e com uma só fronteira terrestre, Portugal viveu sempre um equilíbrio geopolítico instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima. Dessas condicionantes geopolíticas e desta contínua tentativa de equilíbrio, decorre um movimento de longa duração que foi definindo invariantes e permanências nas opções estratégicas e nas características históricas da política externa portuguesa. Em finais do século XIX e durante o século XX não pode dizer-se que a política externa de Portugal se tenha afastado, substancialmente, dos princípios e da prática diplomática que historicamente vinha configurando.

Do ponto de vista dos princípios, continuará a caracterizar-se pela procura constante do equilíbrio peninsular e, correlativamente, do equilíbrio entre a Europa e o Atlântico, isto é, pela ponderação das relações entre a Espanha e as alianças e opções estratégicas extrapeninsulares, a saber, a aliança preferencial com as potências marítimas e o lugar especial reservado ao projecto colonial. Só a descolonização e a «opção europeia» virão alterar essa constante histórica.

Do ponto de vista da prática diplomática, Portugal, potência pequena e semiperiférica, continuará a sofrer influência do jogo de interesses e da projecção de poder das grandes potências, pelo que a diplomacia portuguesa continuará a procurar o equilíbrio entre múltiplas dependências e a proceder por posições conjunturais e corrigíveis, numa procura constante de novas respostas a evolução da cena internacional.

A monarquia constitucional

Durante toda a primeira metade do século XIX e mais precisamente até a década de 70, a política externa portuguesa foi dominada sem ambivalência nem alternativa pela aliança inglesa. Primeiro, de uma forma directa e violenta, imposta pela tutela político-militar britânica pós-invasões francesas e pela hegemonia económica que o tratado anglo-luso de 1810 facilitava. Depois, de uma forma indirecta e mitigada, mas não menos eficaz, através da Quádrupla Aliança e da integração da economia portuguesa na periferia dependente do sistema de relações económicas de Inglaterra. Apesar disso, a hegemonia britânica sobre Portugal assumiu por vezes uma expressão visível durante a primeira metade do século: na implantação do Liberalismo, a cujo desfecho não foi alheia, em 1834; na revolução de Setembro de 1836 e na guerra civil da Patuleia que culminou com a convenção de Gramido de 1847. Só a unificação da Alemanha em 1871 fará emergir na cena europeia uma nova grande potência e virá introduzir uma alteração importante no equilíbrio europeu que datava do Congresso de Viena de 1815. Embora dominante, a Inglaterra já não estava só na cena internacional e para a política externa portuguesa abria-se, agora, uma alternativa real, ou, pelo menos, uma compensação possível para a hegemonia esmagadora da aliança inglesa. Foi a alternativa germânica que a diplomacia

portuguesa ensaiou quando se declaram os primeiros conflitos coloniais com a Inglaterra, durante a década de 80. E foi essa mesma tentativa de criação de um sistema de relações externas menos dependentes da velha aliada que esteve na origem do Ultimatum inglês de 1890. *Ultimatum* que constitui um momento simbólico na história contemporânea portuguesa, não só na política externa como na política interna: princípio do fim da monarquia.

Até a Conferência de Berlim de 1885, o Direito Internacional Público que regia as questões coloniais era baseado num princípio jurídico de origem portuguesa: o princípio dos direitos históricos. E, aliás, de acordo com este princípio que são regulados, por arbitragem internacional, os primeiros diferendos coloniais entre Portugal e a Inglaterra: a questão da baía de Bolama, na Guiné, pelo Presidente Grant, em 1870, e a questão da baía de Lourenço Marques, em Moçambique, pelo Presidente Mac Mahon, em 1875.

Todavia, à medida que se renova o interesse das potências europeias pelas zonas coloniais e começa «the scramble for África», Portugal começa a ver ameaçados não só os territórios coloniais que reclamava por direito histórico, mas também, internacionalmente, contestado o próprio princípio jurídico dos direitos históricos.

Com efeito, a Conferência de Berlim de 1885 tem para a política externa portuguesa esse duplo significado: em primeiro lugar, a partilha de África impõe a Portugal a delimitação de esferas de influência no interior do continente africano, o que se traduz pela assinatura de duas convenções, uma luso-francesa outra luso-alemã, em 1886, que em substância são verdadeiros tratados de limites; em segundo lugar, a rejeição do princípio dos direitos históricos e consagração internacional do novo princípio da ocupação efectiva como Direito Internacional para regulação das questões coloniais, obriga Portugal a ocupar, efectivamente, os territórios que reclamava por direito histórico. Perante a recusa declarada de apoio político e diplomático da Inglaterra as pretensões portuguesas na Conferência de Berlim e, simultaneamente, a emergência da Alemanha bismarkiana enquanto potência extra-europeia, foi irresistível para os responsáveis da política externa portuguesa o esboço de uma aproximação com a Alemanha, procurando em Berlim os apoios em matéria colonial que não encontraram em Londres. Não estava em causa para Portugal uma alteração da sua política de alianças externas. O que estava em causa era, sim, uma tentativa de compensação diplomática e a conquista de uma maior margem de manobra em relação ao peso esmagador da hegemonia britânica. E neste contexto que se desenvolve o projecto colonial da chamada África Meridional Portuguesa que ligaria, horizontalmente, Angola a Moçambique através do interior do continente africano e que ficaria célebre pela sua representação cartográfica: «o mapa cor-de-rosa». Mapa cor-de-rosa que contrariava frontalmente o projecto imperial britânico que deveria ligar, verticalmente, Cabo-Cairo.

Ora, a conjunção destes dois factores – a aproximação diplomática a Alemanha e o diferendo colonial – está na origem do conflito diplomático que se abre entre Portugal e a Inglaterra em 1887 e que culmina, a 11 de Janeiro de 1890, com o Ultimatum inglês. Londres reclamava a retirada imediata das forças portuguesas da zona em litígio, sob pena de um corte de relações diplomáticas com todas as suas consequências.

Perante o *Ultimatum* e a desigualdade do potencial estratégico de ambas as potências, Portugal, sem alternativa imediata, decide ceder as exigências. Porém, a sua primeira estratégia diplomática é a de tentar mitigar os efeitos da derrota, apelando para uma solução internacional de mediação ou arbitragem que, de resto, o artigo 12 da Acta Final de Berlim lhe concedia. Procurava explorar a margem de manobra que lhe restava e tentava a alternativa germânica. Em vão. Para tanto eram necessárias duas condições: primeiro, que a Inglaterra aceitasse a solução; segundo, que a Alemanha acedesse a ser mediador. Nem uma nem outra se verificaram. Falhada a tentativa e bloqueada a nativa, Portugal não tem outra saída se não negociar, directamente, com a Inglaterra. Ao fim de um ano e meio de negociações e depois da queda de um primeiro tratado, a 20 de Agosto de 1890, Portugal e a Grã-Bretanha assinam, finalmente, um segundo tratado, em Junho de 1891. Sob condições onerosas para Portugal, o tratado punha fim ao conflito e deixava traçado aquele que seria, no essencial, o mapa político da África portuguesa até a descolonização de 1975. Apesar do debate político e parlamentar sobre a revisão da política de alianças – desde o apoio alemão em matéria colonial, a União Ibérica na questão europeia –, a crise do Ultimatum não provocou, contudo, alterações radicais no campo diplomático, isto é, a aliança inglesa permaneceu como vector fundamental da política externa portuguesa. O Ultimatum teve, porém, uma outra consequência tão ou mais importante sobre as opções estratégicas do país: o sentimento nacional ofendido e a amputação de parte do território africano, investiram o nacionalismo português de uma matriz colonial e inscreveram, por um século, o projecto do império e da «vocação africana» no imaginário político português.

A partir de agora, a política externa portuguesa desenvolve-se em duas frentes paralelas, mas interdependentes: a frente europeia, orientada para a aliança inglesa, e a frente colonial, orientada para o império africano. Durante toda a fase final da monarquia, a acção diplomática portuguesa é marcada pelas visitas de Estado do Rei D. Carlos as mais importantes potências europeias e pela retribuição dessas visitas com as recepções oficiais, em Lisboa, de Afonso XIII de Espanha, de Eduardo VII de Inglaterra, do Kaiser Guilherme II e do Presidente Loubet de França. Na historiografia portuguesa debateu-se, apaixonadamente, o significado diplomático das viagens de Estado e da política externa, em geral, do reinado de D. Carlos. O campo monárquico, valorizando-a positivamente, chegou a sugerir a influência da diplomacia portuguesa na formação da Entente Cordiale e da Triple Entente. O campo republicano, pelo contrário,

retirando-lhe qualquer sentido político e reduzindo o significado das viagens de Estado a escalas técnicas ou meras visitas turísticas. Se, por um lado, não é razoável considerar o peso da diplomacia portuguesa sobre a política internacional europeia, será igualmente um exagero retirar-lhe todo e qualquer significado político e diplomático. Significado que na conjuntura de finais de século XIX e da primeira década do século XX era o da inclusão de Portugal nas dinâmicas da cena internacional e nos planos de política externa das grandes potências, cujos interesses e objectivos se virão a cruzar com os interesses e objectivos portugueses em duas áreas regionais: as colónias e a Europa. Depois do Ultimatum inglês de 1890 e das suas sequelas, a aliança inglesa atravessa uma década, particularmente, crítica que culmina com o acordo anglo-alemão sobre a partilha das colónias portuguesas em 1898. Contudo, a guerra dos boers, e a evolução futura da cena internacional, acabaria por alterar, radicalmente, a situação e favorecer a reaproximação anglo-lusa. Assim, a declaração secreta de 1899, impropriamente chamada Tratado de Windsor, vem marcar a renovação e o reforço da aliança inglesa. A visita da esquadra britânica a Lisboa, em 1900, é o primeiro sinal público da reaproximação que a visita de Eduardo VII, em 1903, veio coroar. E de que o tratado de arbitragem de 1904, segundo Tratado de Windsor, constituiria a consagração. Em relação a Espanha e depois do conturbado período do iberismo e da polémica sobre a União Ibérica, também a política externa portuguesa chega a um clima de normalização das relações diplomáticas entre os dois Estados peninsulares.

Renovada a aliança inglesa, e estabilizadas as relações com Espanha, Portugal conseguia, assim, o seu equilíbrio geopolítico tradicional e depois do período crítico que fora a última década do século XIX, os primeiros anos do século XX constituiriam um momento particularmente favorável da política externa portuguesa. Favorável, mas nem por isso isento de dificuldades. Analisemo-las nas duas frentes em que se desenvolvia a política externa portuguesa.

No quadro europeu, são duas as áreas regionais onde se cruzam os interesses de Portugal com os das potências europeias: o mediterrâneo ocidental e, fundamentalmente, o atlântico.

No mediterrâneo é a questão marroquina que polariza as atenções. Que a posição portuguesa não é indiferente as grandes potências provam-no as visitas do Kaiser e de Loubet a Lisboa, precisamente nas vésperas da Conferência de Algeciras. Entre os seus objectivos estavam, seguramente, a procura de apoio por parte da França e de neutralidade por parte da Alemanha. Mas, qual seria a posição portuguesa na Conferência? As instruções que os delegados recebem do Ministério dos Negócios Estrangeiros são claras: concertar posições com a Inglaterra, votar ao lado da Inglaterra, mas sem hostilizar a Alemanha. Para a política externa portuguesa, o saldo é altamente positivo. Tendo apoiado as posições da França e da Grã-Bretanha, Portugal clarificava o seu posicionamento internacional ao nível global e aproximava-se da Entente Cordiale. Ao nível

regional, aproximava-se, igualmente, das duas potências com interesse especial na região: a França e a Espanha.

Mas, não é no mediterrâneo que se jogam os interesses mais importantes. E, sim, no atlântico: nos arquipélagos da Madeira e, fundamentalmente, dos Açores. Posição privilegiada de apoio logístico, controlo das rotas marítimas e instalação de cabos submarinos, os territórios atlânticos portugueses constituem posições estratégicas fundamentais para as potências marítimas. Se o eram, historicamente, para a Inglaterra, passam a sê-lo, também, para a Alemanha quando esta começa a disputar a hegemonia naval a primeira. E neste contexto que a Inglaterra, desde a declaração secreta de 1899, exige a Portugal direito de preferência especial sobre os Açores, reclamando no sentido de obter garantias formais para que o território não passasse para o controlo de uma terceira potência. Depois da visita de Eduardo VII, em 1903, do Tratado de Windsor de 1904 e, sobretudo, da crise marroquina de 1906, o governo inglês renova, com redobrada insistência, o pedido de garantia formal da não concessão de «facilidades» a outras potências. São estas «facilidades» que estão na origem das instalações militares, bases navais e mais tarde aéreas, no arquipélago dos Açores, durante as duas guerras mundiais e, depois, na Guerra Fria. Por acordo tripartido entre Portugal, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, essas «facilidades» seriam alargadas, também, a este último país.

Mas, é no quadro colonial que se cruzam de uma forma mais evidente os interesses e objectivos estratégicos das grandes potências com os interesses e objectivos portugueses. E sobre o projecto colonial que Portugal enfrenta os maiores riscos e ameaças e a política externa portuguesa experimenta os maiores desafios.

Desde que a Alemanha emerge como grande potência na cena europeia na década de 70 e mais tarde como potência naval com pretensões coloniais, que as relações anglo-germânicas condicionam, decisivamente, as relações internacionais. Pela rivalidade anglo-germânica passava, em grande medida, a estabilização da cena internacional e no relacionamento entre as duas potências a questão colonial jogou um papel importante. Isto é, para assegurar a estabilidade do equilíbrio europeu, a Inglaterra viu-se, por vezes, obrigada a transigir para com a Alemanha em matéria colonial: as colónias, e as colónias portuguesas, em particular, jogaram nessa conjuntura o papel de moeda de troca. A historiografia internacional debateu, longamente, o papel da questão colonial no relacionamento anglo-germânico: teriam sido as colónias um objectivo estratégico em si ou, simplesmente, um meio táctico de apaziguamento e aproximação bilateral? Objectivo estratégico ou meio táctico, em ambos os casos tinham para Portugal um só e o mesmo significado: a ameaça à integridade colonial do império africano. Ameaça que se registou por duas vezes: a primeira, em 1898, ainda durante a Monarquia; a segunda, já em plena República, em 1912-13 – os acordos anglo-germânicos sobre a partilha das colónias portuguesas.

O acordo de 1898 deve compreender-se pelo cruzamento de duas dinâmicas autónomas: uma, internacional, que se prende com a conjuntura colonial da segunda metade dos anos 90, em particular dos projectos imperiais da Inglaterra e da Alemanha; outra, especificamente portuguesa, que se prende com a difícil situação financeira do Estado português que se declarara com a bancarrota de 1892 e se agrava, progressivamente, ao longo dos anos 90.

No sentido de obviar esta questão e sanear o problema das finanças públicas, Portugal lança a hipótese da contracção de um empréstimo na praça de Londres, empréstimo esse garantido pelo rendimento das alfândegas coloniais. Conhecida a hipótese, a Alemanha faz saber ao governo britânico o seu interesse na operação. A conjuntura era favorável a uma aproximação anglo-germânica e este foi o pretexto imediato para a abertura de negociações bilaterais entre a Alemanha e a Inglaterra que culminaram com a assinatura do acordo. Acordo que estabelecia, basicamente, duas condições: a primeira, determinava que o empréstimo seria garantido pelos rendimentos alfandegários das colónias portuguesas e estabelecia, desde logo, a partilha das alfândegas entre a Inglaterra e a Alemanha; a segunda, previa a eventualidade do não pagamento do serviço da dívida por parte de Portugal. E, neste caso, as zonas de partilha das alfândegas passariam, automaticamente, a constituir respectivas zonas de influência.

Para que o acordo tivesse validade seriam necessárias duas condições: em primeiro lugar, que Portugal não pagasse o serviço da dívida; em segundo lugar, que ambas as potências tivessem a mesma vontade política de o concretizar. Nem uma nem outra se verificaram. Embora secreto, o acordo foi conhecido nas suas bases pela diplomacia portuguesa, em Londres e, perante isso, Lisboa declina o empréstimo. Por outro lado, se a Alemanha queria a concretização do acordo a todo o transe, o mesmo não acontecia com a Inglaterra, dividida entre os interesses do acordo anglo-alemão e as obrigações da aliança anglo-lusa. Interessava-lhe, pois, uma solução ambígua: a assinatura do acordo que neutralizava a Alemanha, mas a não concretização do acordo que a afastava de Portugal.

O desencadear do conflito anglo-boer e a evolução da conjuntura internacional vão favorecer a posição portuguesa. Para a condução da sua estratégia no conflito, a Inglaterra vai ter necessidade imperiosa do porto e do caminho de ferro de Lourenço Marques, no território português de Moçambique, e reclama a Lisboa apoio diplomático para a utilização desses recursos. Com conhecimento do acordo anglo-germânico, e perante a solicitação de Londres, a diplomacia portuguesa aproveita a conjuntura e joga a sua cartada: Portugal apoia sim, mas sob uma condição – a reafirmação da aliança inglesa, nos termos dos tratados de 1642 e 1661. Seria esta a origem da declaração secreta de 1899, do Tratado de Windsor de 1904 e do período de boas relações entre Portugal e a Inglaterra durante a fase final do reinado de D. Carlos.

Todavia, nos últimos anos da monarquia, será a aliança inglesa, uma vez mais, a colocar novos problemas a política externa portuguesa, agora, no quadro europeu e peninsular.

Desde a subida ao trono de Afonso em Espanha, que a potência vizinha abandonara o seu isolacionismo tradicional e iniciara uma aproximação diplomática com as potências da Entente Cordiale, em especial com a Grã-Bretanha. Depois de Algeciras, a necessidade da Inglaterra na cooperação naval de Espanha para assegurar o statu quo no mediterrâneo ocidental torna-se um facto e vem reforçar esta aproximação diplomática, coroada pelos encontros de Cartagena de 1907. Cartagena torna-se um espectro para Portugal. A aproximação de Espanha ao mesmo sistema de alianças extrapeninsulares e, em especial, a aproximação entre a «velha aliada» e a «ameaça tradicional», quebrava o frágil equilíbrio geopolítico português e aumentava, extraordinariamente, as vulnerabilidades da segurança nacional: não só porque banalizava estrategicamente o território português no quadro peninsular e desvalorizava politicamente a posição portuguesa em relação a Espanha mas, fundamentalmente, porque fragilizava o valor da aliança enquanto instrumento de defesa e garante da independência nacional. Se a Inglaterra transigira, já, em matéria colonial relativamente à Alemanha, por que não transigiria em relação à Espanha no quadro europeu?

Era esta a questão fundamental com que se debatia a política externa portuguesa no final da monarquia constitucional. E se a identidade entre os regimes políticos e o parentesco entre D. Carlos e Eduardo VII minoravam os riscos que Cartagena fizera emergir em 1907, o regicídio em 1908 vem interromper, bruscamente, a situação.

A República retomará os mesmos princípios de política externa e enfrentará, agora, sem identidade de regimes nem proximidades dinásticas, as mesmas dificuldades e desafios.

A república democrática

Durante o período de propaganda contra a monarquia o partido republicano não tinha um programa definido de política externa. Nesta matéria, as suas únicas ideias, vagas e difusas, decorriam directamente dos seus fundamentos ideológicos: por um lado, o iberismo, herdeiro do primeiro ideário republicano onde se confundiam, sincreticamente, republicanismo, municipalismo e federalismo; em segundo lugar, um nacionalismo exacerbado, herdeiro do Ultimatum inglês e, conseqüentemente, anglóphobo e fortemente investido pelo projecto colonial.

Em matéria de política externa, só a aproximação progressiva do poder e a transformação da velha cultura política de oposição em realismo político, fará o partido republicano abandonar o ideário iberista e a anglofobia. De facto, são já as considerações básicas e tradicionais da política externa

portuguesa que orientam as primeiras posições e atitudes diplomáticas do partido republicano nos últimos dias da monarquia.

Será com uma mensagem realista, moderada e dentro dos pressupostos históricos das relações externas de Portugal, que a primeira «embaixada republicana» visita, oficiosamente, meios políticos e diplomáticos, em França e Inglaterra, com o objectivo de preparar, internacionalmente, a transição política e o reconhecimento oficial da futura República: em nome do futuro regime, o partido republicano assumia todos os compromissos internacionais, políticos e financeiros, do Estado português e reafirmava a aliança inglesa e a estrita neutralidade do novo regime em relação à política interna espanhola e a questão peninsular.

Apesar da solidariedade política entre republicanos, a posição da política externa francesa estava condicionada pela Entente Cordiale e na questão portuguesa era claro que tudo dependia da posição de Londres. Em Inglaterra a «embaixada» consegue o primeiro sucesso diplomático da futura República. Ainda que informal e oficiosamente, como não poderia deixar de ser, os dirigentes republicanos asseguram-se de duas condições fundamentais: em primeiro lugar, de que a questão do regime, em Portugal, seria tratada como uma questão de política interna; em segundo lugar, e implicitamente, que a aliança anglo-portuguesa, na interpretação do Foreign Office, era uma aliança não entre dinastias, mas entre povos. Estava assegurada a não intervenção da Inglaterra e aberta uma porta à continuação da aliança. Parecia fácil o caminho para o reconhecimento internacional da futura República Portuguesa. Pura ilusão.

A conjuntura internacional não era de forma alguma favorável a implantação de uma República que, para mais, tomará uma feição, progressivamente, radical e jacobina. A Europa era então dominada por monarquias e os dois únicos regimes republicanos não constituem apoios internacionais significativos e, muito menos, alternativas para a política externa portuguesa: a Suíça é uma pequena potência sem qualquer peso na cena internacional; a França está, diplomaticamente, ligada a Inglaterra pela Entente Cordiale.

Apesar do cumprimento efectivo das garantias dadas a embaixada republicana de não intervenção nos assuntos internos de Portugal, quando a 5 de Outubro de 1910 é derrubada a monarquia, a nova República é recebida com frieza que se transforma, rapidamente, em hostilidade internacional.

O reconhecimento oficial da República constituirá um processo difícil e complexo que ocorreria em três vagas distintas e se arrasta por dez longos meses, com consequências graves sobre a situação internacional do país e a política interna em Portugal.

A primeira vaga de reconhecimento oficial da República é, praticamente, imediata e vem das Repúblicas sul-americanas, com o Brasil e a Argentina em primeiro lugar.

A segunda vaga, entre Junho e Agosto de 1911, provém da República dos Estados Unidos da América e da França. O atraso no reconhecimento tinha

causas diferentes num e noutro caso. Os Estados Unidos, quebrando a doutrina Monroe, cuja tradição e prática era a do reconhecimento dos regimes «de facto», atrasam e adiam, sucessivamente, o reconhecimento da República portuguesa. Washington procurava assegurar-se da legalidade constitucional do regime no sentido de guardar alguma reserva diplomática em relação ao reconhecimento das múltiplas ditaduras latino-americanas. A França, ligada pela Entente Cordiale a Inglaterra, pautava-se pelas posições desta última e fez depender o seu reconhecimento de todas as garantias político-constitucionais que o governo de Londres exigiu ao regime republicano.

O reconhecimento de ambas as potências dá-se quando todas as garantias formais exigidas estavam cumpridas pela República, em Portugal, e o reconhecimento de Inglaterra continuava a tardar.

A última vaga de reconhecimentos é a da Monarquia inglesa e, com ela, de todas as grandes monarquias europeias. Londres condicionou o reconhecimento da República a múltiplas exigências que o foram sucessivamente adiando: primeiro, exigiu a realização de eleições e o normal funcionamento de uma Assembleia Constituinte; eleita a Assembleia, exigiu a eleição do Chefe de Estado; e, com o Presidente eleito e em funções, continuou a adiar o reconhecimento. A razão não era, no fundo, de natureza jurídico-constitucional, mas sim de natureza política e prendia-se com o contencioso entre a República portuguesa e a Igreja anglicana em Portugal, na sequência da Lei de Separação das Igrejas e do Estado. O problema só conhece uma solução em 11 de Setembro de 1911, data do reconhecimento conjunto de Inglaterra e das outras monarquias europeias.

O reconhecimento oficial foi, sem dúvida, um primeiro passo mas não significou, de forma alguma, a aceitação internacional do regime. A implantação da República não alterou a orientação da política externa nem as opções estratégicas do Estado português: a aliança inglesa e o projecto colonial africano. Mas não alterou, igualmente, as ameaças e os desafios: a República continuará a enfrentar os mesmos problemas que enfrentara a Monarquia, agora com maior gravidade.

Apesar do isolamento internacional, a República continua a incluir-se nas dinâmicas em marcha na cena internacional: na Europa e nas colónias. No Mediterrâneo e no Atlântico continua a registar-se o cruzamento de interesses entre Portugal e as potências europeias.

No Atlântico continua o interesse sobre os Açores e a mudança de regime não altera a posição de Inglaterra. Apesar de, em 1912, um relatório do Almirantado pôr em causa o valor estratégico do território português no quadro peninsular, nunca o interesse pelas ilhas atlânticas é alterado e o pedido de garantias sobre a exclusividade das «facilidades» é renovado, por Londres, sempre que se altera o titular dos Negócios Estrangeiros em Portugal.

No Mediterrâneo a presença portuguesa regista-se na adesão ao acordo franco-alemão de 1911 que põe termo à crise de Agadir. A posição

portuguesa, sendo de apoio as potências da Entente Cordiale, não podia hostilizar, frontalmente, a Espanha que não resolvera, ainda, os seus diferendos com a França. O relacionamento difícil que atravessavam os Estados peninsulares obriga Portugal a um exercício diplomático, aliás bem sucedido, que o leva a diferir a adesão para depois do acordo franco-espanhol, já em Maio de 1912.

Todavia, e apesar da habilidade diplomática portuguesa neste processo, a aproximação de Espanha as potências da Entente, em particular a Inglaterra, vem ressuscitar o espectro de Cartagena e conferir, uma vez mais, actualidade a questão central da política externa portuguesa: o equilíbrio geopolítico entre a pressão continental da Espanha e a compensação da aliança inglesa.

Era poderoso o *lobby* anexionista em Espanha e, apesar de não constituir a posição oficial da política externa espanhola, a ideia não era, de todo, rejeitada pelo próprio Afonso XIII. A instabilidade política, em Portugal, facilitava, de resto, esta hipótese. Em tais condições, constituiria a aliança inglesa um instrumento diplomático e militar suficiente para garantir a segurança portuguesa?

A questão era delicada e o Foreign Office preferiu não interferir, directamente, na questão peninsular e favoreceu o entendimento bilateral entre os protagonistas. Todavia, nos momentos mais agudos não pôde abster-se: não foi ao ponto de aceitar a intervenção militar em Portugal e a anexação, mas não deixou de usar uma atitude de tolerância especial para com a Espanha durante as incursões monárquicas. Por duas vezes, em 1911 e 1912, a partir do território de Espanha, com o conhecimento e assentimento do governo espanhol, tropas monárquicas marcham sobre o território português com o objectivo declarado de restaurar a Monarquia. As incursões falharam militarmente, mas tiveram uma consequência imediata: agravaram o espectro do «perigo espanhol». Perante isso, Lisboa tentou, insistentemente, durante os anos de 1912--1913, que o Foreign Office desse garantias formais sobre a aliança. Em vão. Não conseguiu mais do que uma garantia verbal.

A razão prendia-se com a outra vertente da política externa portuguesa: a questão colonial.

Como acontecera já em 1898, os anos de 1912 e 1913 vão assistir a assinatura de um segundo acordo anglo-germânico sobre a partilha das colónias portuguesas. Como o primeiro, também este segundo pode explicar-se pelo cruzamento de duas dinâmicas distintas: a primeira prende-se com a conjuntura de tensão internacional, a corrida aos armamentos e a rivalidade anglo-germânica antes da guerra; a segunda, prende-se com a difícil situação pós-revolucionária, em Portugal, marcada pelo isolamento internacional e a instabilidade política interna da República.

Depois do fracasso rotundo da missão Haldane, em 1912, a única via possível para a manutenção do diálogo entre a Inglaterra e a Alemanha

era a questão colonial. Uma compensação ultramarina para a Alemanha seria a última possibilidade para a Inglaterra manter o instável equilíbrio na Europa e evitar o conflito.

As vulnerabilidades interna e externa da República portuguesa favoreciam, de resto, esta via de aproximação anglo-germânica. Em 1912, e sobre o acordo, nunca posto em execução mas nunca denunciado, de 1898, as duas potências assinam um novo tratado que renovava os termos do primeiro: renegociava a partilha das zonas de influência e, sobretudo, alargava a base de legitimidade para a intervenção sobre os territórios portugueses. Como o primeiro, também este segundo acordo falhou, sob as pressões autónomas, mas simultâneas, da diplomacia portuguesa e da França, excluída da partilha. O desencadear da grande guerra inviabiliza-lo-ia definitivamente. Uma coisa porém era certa, este instrumento de estabilização internacional, que a política externa inglesa não hesitava em usar quando se mostrava útil aos seus interesses e objectivos, constituía uma ameaça real e concreta as colónias e ao projecto imperial português.

No início da Primeira Guerra Mundial era esta a situação internacional da República portuguesa: ameaçada no continente pela Espanha, ameaçada nas colónias pela Alemanha e vulnerabilizada nos dois cenários pela política de transigência inglesa em relação à Espanha na questão peninsular e a Alemanha na questão colonial.

São estes dois factores, acrescidos da questão política interna, que estarão na base da decisão da entrada de Portugal na Grande Guerra. A historiografia portuguesa explicou, até hoje, a entrada de Portugal na Guerra de 1914-1918 a partir de duas teorias explicativas distintas. A primeira baseia-se, essencialmente, na tese colonial: Portugal teria entrado na guerra para salvar as colónias. Não há, a este respeito, a mais pequena dúvida. As colónias portuguesas, como se viu, eram objecto de interesse económico e estratégico por parte das grandes potências e, mais do que isso, por duas vezes antes da guerra, funcionaram como mecanismo de compensação e moeda de troca na balança do poder do equilíbrio europeu. Durante o conflito cresceu o interesse pelas colónias portuguesas: a Alemanha que as atacou militarmente e sublevou as populações contra a soberania portuguesa; a Inglaterra que as utilizou, estrategicamente, como ponto de apoio logístico na condução das operações bélicas. Sobretudo, nada garantia que no pós-guerra, caso o desfecho do conflito a isso obrigasse, a Inglaterra não jogasse, uma vez mais, as colónias portuguesas sobre a mesa das negociações. Que a ameaça era real, e a soberania futura de Portugal sobre as suas colónias estava em risco, é um facto indesmentível. A questão colonial foi para a política externa portuguesa uma condicionante de peso e um factor de mobilização, de resto o único que reunia o consenso da sociedade portuguesa. Porém, as colónias, por si só, não bastam para explicar a entrada em guerra e não explicam, sobretudo, a beligerância activa e a intervenção militar no teatro de

guerra europeu. A soberania futura e a integridade do império poderia garantir-se com outra estratégia e outra escolha dos teatros de operações, isto é, pela manutenção de uma neutralidade não declarada e pela concentração do esforço de guerra no teatro africano.

A segunda teoria explicativa baseia-se na tese europeia peninsular: Portugal teria entrado na guerra para assegurar um lugar no concerto europeu e, fundamentalmente, para afastar o «perigo espanhol». Não há, também, quanto a isso qualquer dúvida. A situação internacional do país era difícil antes da guerra e não se modificou durante o conflito. O «perigo espanhol» existia de facto e o medo era tanto mais fundado quanto a Inglaterra avisou Portugal, por mais de uma vez, que a aliança apenas garantia a segurança das colónias e da costa marítima de Portugal, mas não a sua fronteira terrestre. Neste contexto, a diversificação do estatuto internacional dos Estados peninsulares era importante para Portugal: face à neutralidade espanhola, a beligerância portuguesa ao lado dos Aliados e ao abrigo da aliança inglesa, era uma dupla garantia. Garantia, em primeiro lugar, de enfraquecimento da aproximação anglo-espanhola, garantia simultaneamente, de reforço da aliança inglesa. Era a forma de diversificar o estatuto internacional de Portugal, de afirmar a preponderância portuguesa no quadro peninsular e, em suma, de afastar o perigo espanhol. Esta segunda tese explica sem dúvida a beligerância, mas continua a não explicar a intervenção militar no teatro de guerra europeu.

Para explicar a entrada na guerra europeia é necessário considerar conjuntamente estas duas teses e uma terceira: questão política interna — o défice de consolidação política e legitimidade simbólica do regime republicano. A estratégia intervencionista tem que compreender-se neste quadro: perante as clivagens sociais e a instabilidade política da República, só uma ameaça externa e uma intervenção militar no teatro central, com os grandes e entre os grandes, poderia justificar a unidade nacional em torno do regime e conquistar não só os objectivos externos, mas, ao mesmo tempo, a consolidação e a legitimidade democrática para a República.

A entrada em guerra, ao lado dos Aliados e ao abrigo da aliança inglesa, veio a acontecer a 9 de Março de 1916.

A estratégia voluntarista de beligerância activa e intervenção militar na guerra europeia era, sem dúvida, a estratégia mais segura para alcançar os objectivos de guerra portugueses: salvaguarda das colónias; afastamento do «perigo espanhol» e consolidação da República. Mas, sendo a mais segura, era também a mais difícil porque exigia melhores condições e maiores meios. E foi aí, na avaliação realista da situação estratégica, que a política externa portuguesa foi traída pelo seu próprio voluntarismo. Em primeiro lugar, porque não só não conseguiu o consenso e a unidade nacional, como agravou as clivagens internas e conduziu a uma nova mudança política, precisamente, com o objectivo de alterar a posição perante a guerra: Sidónio Pais sobe ao poder em Dezembro de

1917. Em segundo lugar, porque fez uma avaliação incorrecta da correlação entre os objectivos e os meios, ou seja, os objectivos eram demasiado ambiciosos em relação aos meios disponíveis: recursos económico-financeiros, potencial militar e o próprio consenso político. Os resultados viram-se no Tratado de Versalhes em 1919.

Vencedor, Portugal desfilou ao lado dos vencedores, sob o Arco do Triunfo, na festa da vitória. Todavia, esteve longe de conquistar os objectivos de guerra na Conferência da Paz.

A questão colonial, que fora o primeiro dos objectivos de guerra, não chega a constituir-se como um verdadeiro objectivo de paz. A soberania sobre os territórios coloniais decorria quase, directamente, da intervenção de Portugal na guerra. E, mesmo a restituição de Quionga, pequeno território na costa oriental africana, ocupado pelos alemães desde o final do século XIX, não pode ser encarada como uma compensação de guerra. Era, apenas, 'a reposição da legalidade internacional. Em matéria colonial, Portugal não reclamou condições, mas conquistou os seus objectivos: a integridade do império.

Os objectivos da paz eram já diferentes dos objectivos de guerra e prendiam-se, agora, com a necessidade imperiosa de reconstrução económica do país. A política externa portuguesa concentrará, pois, o esforço diplomático nos objectivos de carácter financeiro: o não pagamento das dívidas de guerra e o direito a reparações e indemnizações por parte da Alemanha.

Permanecia, contudo, a questão política fundamental, herdada dos objectivos de guerra: o lugar de Portugal no «concerto das nações» e resolução da questão peninsular. Ora, se os objectivos económicos e financeiros são, em grande medida, alcançados, o mesmo não se pode dizer da situação internacional do país que passava, agora, pela participação no reordenamento da cena internacional e pela presença portuguesa na SDN. E é aqui, precisamente, que se regista a maior derrota da política externa portuguesa: primeiro, porque a candidatura de Portugal ao comité executivo da SDN não chega a ser considerada; mas, sobretudo, porque é a Espanha que, apesar da sua neutralidade, consegue o lugar que a beligerância portuguesa não conseguiu.

Em todo o caso, na fase final da República democrática, a SDN constituirá uma nova referenda para a política externa portuguesa. Ao lado das relações bilaterais, onde se jogava o equilíbrio geopolítico do triângulo Lisboa-Londres-Madrid, abria-se, agora, um novo espaço institucional de relacionamento multilateral que permitia a política externa portuguesa uma maior margem de manobra diplomática e a diversificação das relações externas da República: o Brasil, a Bélgica, a União Sul--Africana. O projecto colonial mantém-se como opção estratégica da política externa portuguesa que continua a marcar parte importante das suas preocupações, agora, numa nova conjuntura internacional. De acordo com as posições da SDN e a conselho do Foreign Office, Portugal adopta um novo regime político-administrativo para as colónias, concedendo uma

maior autonomia, institucionalizada na figura dos Altos Comissários. O empenhamento da República nas questões coloniais ao nível internacional, durante este período, é marcado ainda por dois registos: primeiro, a presença portuguesa na Comissão Permanente de Mandatos da SDN; segundo, uma diplomacia activa e versátil, apoiada ora em Londres ora em Bruxelas, na defesa intransigente dos interesses coloniais portugueses, em Moçambique e na questão da soberania de Macau que se levanta em 1921.

A ditadura militar que derrubou a República democrática, em 28 de Maio de 1926, não significou para Portugal qualquer alteração da sua política externa. Dominada pela crise financeira e pelas vicissitudes da política interna, a ditadura militar limitou-se a continuar as orientações da política externa republicana: o projecto colonial, a aliança inglesa e, mesmo, a diversificação das relações externas e o empenho multilateral na «assembleia internacional de Genebra», que vai tão longe que a leva a envolver a Comissão Financeira do Conselho da SDN na questão de um empréstimo externo, aliás falhado, nos anos de 1927-1928. Mudanças significativas na política externa portuguesa teriam que esperar pelo «Estado Novo» de Salazar e pelas alterações da conjuntura internacional dos anos 30.

O «Estado Novo»

Quando chega ao poder, em 1932, não se conhece ainda a Salazar um pensamento em matéria de política internacional. Todavia, em 1933, ano da institucionalização do regime, concede uma entrevista em que expressa as suas primeiras ideias sobre a política externa. Reage crítica e abertamente contra «o parlamentarismo internacional» da SDN e declara a sua fidelidade a aliança inglesa. Tudo parecia indicar o regresso aos pressupostos tradicionais da política externa portuguesa. E, na verdade, o seu primeiro balanço da situação internacional do país, em 1935, virá confirmar essa primeira tendência e definir as linhas de força da sua política externa: em primeiro lugar, a crítica aberta ao assembleiarismo de Genebra que considera o centro da política continental e, em contraponto, a afirmação da vocação atlântica de Portugal e o afastamento português das questões continentais europeias; em segundo lugar, a reafirmação da aliança inglesa; em terceiro lugar, o reforço da amizade peninsular; e, finalmente, a defesa intransigente da integridade colonial.

Assim, em 1935, estavam já clara e definitivamente definidos os objectivos políticos e os princípios diplomáticos que haveriam de orientar a política externa portuguesa nos dois momentos decisivos que se aproximavam: a guerra civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial. Tão decisivos para o Estado Novo que o próprio Salazar haveria de querer conduzir, directamente, a política externa e chamar a si a pasta dos Negócios Estrangeiros que acumula com a Presidência do Conselho entre 1936 e 1947.

De facto, o afastamento voluntário das questões europeias e a afirmação de um Portugal atlântico e do projecto colonial africano, constituiriam as opções estratégicas de Salazar, assim como o retorno ao equilíbrio tradicional do triângulo diplomático Lisboa-Londres-Madrid, constituiria a preocupação fundamental da sua política externa na conjuntura internacional dos anos 30 e 40.

Entre 1931 e 1939, o lugar central da política externa portuguesa foi completamente dominado pela «questão espanhola». Salazar tinha da «amizade peninsular» uma interpretação própria: era um princípio desejável, mais, um objectivo importante para o equilíbrio geopolítico português, mas fortemente condicionado pelas condições objectivas, ou seja, pela natureza política dos regimes. Num espaço tão pequeno como o da Península Ibérica, dividido por dois Estados, a diferença de potencial, associada à diferença política dos regimes, constituiria uma dupla ameaça para Portugal: ameaça, em primeiro lugar, a independência nacional, ameaça, em segundo lugar, a sobrevivência do próprio regime.

E de facto, entre 1931 e 1936, a República espanhola seria encarada por Salazar como essa dupla ameaça: ao «perigo» iberista, de sempre, juntava-se, agora, o perigo revolucionário. Avoluma-se, em Lisboa, o espectro de uma vitória da esquerda em Madrid e o triunfo da «frente popular», em Fevereiro de 1936, vem agudizar os receios de Salazar quanto à incompatibilidade de uma coabitação de regimes opostos no espaço peninsular.

Com o eclodir da guerra civil de Espanha, inicia-se o protagonismo de Salazar não só na política externa portuguesa, como no próprio quadro peninsular. Protagonismo que só abandonará no pós-Segunda Guerra Mundial.

De acordo com as opções estratégicas e os princípios diplomáticos formulados, a política externa portuguesa orienta-se, durante a guerra civil de Espanha, para a conciliação de dois imperativos: o respeito pela aliança inglesa, instrumento que sabia fundamental para garantir o projecto colonial africano numa Europa, já, dominada pelo expansionismo dos totalitarismos nascentes; e o apoio, tão discreto quanto pródigo, aos nacionalistas espanhóis, apoio que considerava indispensável para assegurar a instauração, em Madrid, de um regime que não pusesse em causa a sobrevivência do Estado Novo.

Assim, apesar de algumas divergências e da reserva com que sempre negociou com Londres, que anunciava, já, o seu futuro comportamento diplomático, Salazar respeitou integralmente a aliança inglesa e concertou sempre as suas posições com o Foreign Office: participou em Londres na Comissão de Não-Intervenção na guerra civil de Espanha; aceitou a fiscalização das fronteiras portuguesas; e nem sequer reconheceu oficialmente o regime de Burgos sem que a Inglaterra o fizesse primeiro. Por outro lado, oficiosamente, não poupou esforços no apoio as tropas nacionalistas de Franco: apoio logístico, facilidades financeiras, passagem

de tropas e material em território português e até a mobilização de voluntários.

A estratégia de duplicidade da política externa portuguesa foi conduzida com sucesso durante quase toda a guerra civil e só durante a crise de Munique de 1938 a conciliação entre a posição oficial e a posição oficiosa de Portugal correu algum risco.

O fim da guerra civil, em Espanha, com a vitória de Franco, vem criar as condições para a concretização da ideia que Salazar fazia da «amizade peninsular» e abrir um período de bom relacionamento e solidariedade política entre os dois regimes autoritários. Solidariedade que conheceu a sua tradução diplomática, em Março de 1939, com a assinatura do Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não-Agressão, o chamado Pacto Peninsular ou Pacto Ibérico.

Com a aliança inglesa e o Pacto Ibérico estavam constituídos os dois instrumentos diplomáticos fundamentais que presidiriam a política externa portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial.

A 1 de Setembro de 1939, imediatamente após a invasão da Polónia e, antes mesmo que a Grã-Bretanha declarasse guerra a Alemanha, Salazar apressa-se a declarar a neutralidade portuguesa. Movia-o, sem dúvida, uma memória histórica que não queria repetir: a da neutralidade ambígua e não declarada da Primeira República na Grande Guerra, entre 1914 e 1916. Mas, moviam-no, mais do que isso, os imperativos do momento: o imperativo diplomático de afastar a Espanha franquista das potências do Eixo e prendê-la, igualmente, a neutralidade; e o imperativo, ou melhor, o condicionalismo militar que se prendia com o baixo grau de eficácia e prontidão das forças armadas portuguesas.

Entre 1939 e 1942, a preocupação de Salazar centra-se na eventualidade da entrada de Espanha na guerra ao lado das potências do Eixo, o que implicaria, por arrastamento, a entrada de Portugal ao lado dos Aliados. A manutenção da neutralidade e, conseqüentemente, a criação de condições favoráveis a neutralidade espanhola, constituirão os objectivos fundamentais da política externa portuguesa. A aliança inglesa e o Pacto Ibérico os seus instrumentos diplomáticos.

Com efeito, no respeito pela aliança e de acordo com a Inglaterra, a diplomacia portuguesa pressionará, insistentemente, a Espanha de Franco a não-beligerância e ao cumprimento do Pacto Ibérico e, sobretudo, do seu Protocolo Adicional de 1940. E de facto, entre 1940 e 1942, a neutralidade portuguesa favorecerá, efectivamente, a não-beligerância espanhola.

O sucesso da política externa portuguesa deve-se, sem dúvida, a vontade política de Lisboa e a sua acção diplomática. Mas teria sido diferente sem a conjugação de alguns factores objectivos que a favoreceram e, em última análise, a tornaram possível: em primeiro lugar, o interesse das grandes potências na neutralização estratégica da Península Ibérica e a própria alteração dos objectivos militares da Alemanha nazi que, a partir de 1940, se deslocam das ilhas britânicas e do Mediterrâneo e se dirigem

para a URSS; em segundo lugar, a situação interna da própria Espanha, cuja penúria herdada da guerra civil e agravada pelo bloqueio económico dos Aliados, destruíra as reservas estratégicas indispensáveis a qualquer conduta de guerra.

No Outono de 1942, a situação estratégica da Península Ibérica altera-se significativamente. A vitória aliada no norte de África e a abertura das frentes da Sicília e da Normandia convertem a Península Ibérica num teatro excêntrico e afastam, definitivamente, a probabilidade de uma invasão alemã. A partir de 1943 a Espanha abandona a não-beligerância e a Península ganha a neutralidade no seu conjunto.

Garantida a neutralidade peninsular, a política externa portuguesa pode, então, diversificar os seus objectivos que se voltam, agora, para os interesses económicos, mas, sobretudo, para a integridade colonial: a situação controversa de Macau e a manutenção de Timor, sucessivamente invadido por holandeses, australianos e japoneses.

E neste contexto e com este sentido que se reforça o vector atlântico e as relações com as potências aliadas. Garantida a neutralidade da Península e afastada a hipótese de invasão alemã, iniciam-se entre Portugal, a Inglaterra e os Estados Unidos da América negociações tripartidas para concessão de «facilidades» no arquipélago dos Açores, que culminariam com a instalação de bases militares inglesas e norte-americanas, nos anos de 1943 e 1944. Dentro da mesma perspectiva, Portugal renuncia, igualmente, a venda de volfrâmio as potências do Eixo.

Mantendo, formalmente, uma posição neutral, a política externa portuguesa atravessa, então, um período de «neutralidade colaborante» ou «neutralidade continental» na expressão preferida pela diplomacia britânica. A historiografia portuguesa discutiu, largamente, a questão da neutralidade e o significado da política externa de Salazar durante a Segunda Guerra Mundial. A tese tradicional veiculada pela historiografia do regime tende a explicar a neutralidade portuguesa a partir da perspectiva do «Homem de Estado», ou seja, o sucesso da política de neutralidade dever-se-ia, exclusivamente, ao sentido político e a acção diplomática de Salazar. As teses mais recentes da historiografia portuguesa, embora distintas, tendem, no seu conjunto, a relativizar a acção do «Homem de Estado» e a ponderar, igualmente, os factores objectivos: a situação interna da Espanha franquista e, sobretudo, a evolução estratégica do conflito e os objectivos de guerra das potências beligerantes. Em suma, a neutralização estratégica da Península Ibérica que, de resto, não era mais que o prolongamento geográfico da neutralização da costa mediterrânica ocidental, com a França de Vichy. Solução que concitava os interesses não só da política externa portuguesa, mas da Inglaterra e da própria Alemanha.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, Portugal, país neutro, estará à margem dos trabalhos diplomáticos de regresso à paz e do reordenamento do novo sistema internacional. Apesar da sobrevivência do regime autoritário a vaga de democratizações do pós-guerra, Portugal

atravessará, entre 1945 e 1949, um período de marginalização internacional e de alguma indefinição na sua política externa.

O primeiro sinal de marginalização data de Abril de 1945, quando Portugal não é convidado para a Conferência de S. Francisco, donde sairia a fundação da nova organização internacional. Contrariamente ao que sucedera com a SDN, no pós-Primeira Guerra Mundial, Portugal não só não é membro fundador da ONU como a sua candidatura, em 1946, é vetada pela URSS no Conselho de Segurança.

Ao isolamento internacional juntam-se, durante este período, algumas hesitações e uma certa indefinição na política externa portuguesa. Era o reflexo de uma incapacidade de adaptação a nova ordem mundial. Salazar parece não compreender, ou melhor, não aceitar as transformações profundas da cena internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Não aceita, em primeiro lugar, a ordem bipolar e a emergência das duas superpotências e, em particular, o declínio da Inglaterra e o aparecimento dos Estados Unidos como a potência marítima. Só a assinatura do Acordo das Lajes, em Fevereiro de 1948, começa a mudar essa percepção que a NATO virá confirmar. Em segundo lugar, parece não aceitar a importância da ONU como a nova organização mundial. Em terceiro lugar, o fim da velha Europa e das potências europeias como protagonistas da cena internacional. E, mais do que isso, não compreende que a reconstrução da Europa não podia fazer-se, já, num quadro nacional, mas que teria que fazer-se, necessariamente, num quadro de cooperação internacional. E não aceita, finalmente, que as duas novas superpotências, embora por razões diferentes, são ambas anticolonialistas. Mais, não compreende nem aceita que o direito dos povos a disporem de si mesmos era o princípio dominante na ONU e que tendo muitos dos povos coloniais contribuído para o esforço de guerra aliado, a descolonização era um processo irreversível. Este posicionamento de Salazar condicionará, decisivamente, a evolução futura da política externa portuguesa, em particular, no que toca a construção europeia e a questão colonial.

As primeiras hesitações perante a nova realidade do pós-guerra revelam-se, desde logo, na posição de Portugal perante o Plano Marshall, em Junho de 1947. A incompreensão da conjuntura internacional e a tradicional desconfiança de Salazar em relação aos americanos leva-o a rejeitar a oferta norte-americana, afastando Portugal do chamado primeiro exercício do Plano Marshall em 1947-1948. O início da Guerra Fria e a degradação financeira e cambial portuguesa, viriam a alterar esta primeira posição face ao auxílio americano, o que conduzirá a candidatura de Portugal ao segundo exercício do Plano Marshall, em 1948-1949. Com a agudização da Guerra Fria define-se claramente a nova ameaça soviética, o novo quadro de segurança atlântico e, conseqüentemente, o protagonismo americano neste contexto. Na política externa portuguesa e apesar das reservas de Salazar, o primeiro sinal desta nova realidade é a assinatura do acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os Estados Unidos, em Fevereiro de 1948. Contrariamente ao disposto em

1943 e reflexo da nova ordem estratégica do pós-guerra, o novo acordo institucionaliza a permanência da base aérea norte-americana no arquipélago dos Açores.

As hesitações perante o Plano Marshall e a assinatura do acordo das Lajes anunciavam, em certa medida, duas linhas de sinal contrário na orientação externa de Portugal: o afastamento do processo de integração europeia e a integração no sistema de segurança atlântico. Se a estas orientações se acrescentar a defesa intransigente dos territórios coloniais, estão definidas as opções estratégicas da política externa portuguesa, praticamente, até ao final do regime.

Em Junho de 1948, perante o espectro da ameaça soviética e a definição do novo quadro de segurança atlântico, os Estados Unidos, o Canadá e os países europeus signatários do Tratado de Bruxelas, iniciam negociações com vista à formação de um sistema de segurança no quadro do Atlântico norte: a futura Aliança Atlântica. Em Dezembro do mesmo ano iniciam-se, com Lisboa, contactos exploratórios com vista a uma possível inclusão de Portugal. Começava aqui um complexo processo diplomático que acabaria por conduzir a assinatura, por parte de Portugal, do Tratado do Atlântico Norte, em Abril de 1949. A entrada de Portugal na NATO levanta, desde logo, três questões fundamentais: primeiro, do ponto de vista das potências negociadoras, porquê o convite a Portugal, regime autoritário, país neutro na Segunda Guerra Mundial, não pertencente a ONU e marginalizado do reordenamento internacional do pós-guerra?; segundo, do ponto de vista de Portugal, porquê a aceitação do convite, quando este significava uma mudança tão radical da política externa portuguesa, como o abandono da neutralidade, duramente conquistada durante a guerra e coroa de glória na propaganda do regime?; finalmente, quais as consequências e o significado da entrada de Portugal na NATO para a política externa portuguesa? A resposta a primeira questão é simples e de natureza geo-estratégica: mais do que o autoritarismo político do regime ou o seu posicionamento internacional, a Guerra Fria faz emergir a importância estratégica do território português, a que o arquipélago dos Açores conferia um valor acrescentado. Num sistema de segurança atlântico baseado em dois pilares, um europeu, outro norte-americano, as bases dos Açores, no centro do Atlântico, tornavam-se fundamentais na articulação dos pilares e no chamado «reforço rápido da Europa». Era a confirmação do valor estratégico dos Açores e do Acordo das Lajes, agora reforçado num quadro multilateral.

A resposta a segunda questão é mais complexa e prende-se, fundamentalmente, com a reduzida margem de manobra e capacidade de alternativa da política externa portuguesa no contexto da Guerra Fria. Quando Portugal é formalmente convidado a assinar o tratado, Salazar, na sua posição tradicional em relação aos americanos, encara a proposta com desconfiança. E, de acordo com a tática de negociação que lhe era conhecida, adianta algumas reservas diplomáticas no sentido de conseguir não só alguma margem negocial como algum tempo para o

processo decisório. Em primeiro lugar, adianta duas observações formais sobre a proposta de redacção do tratado: a referência à democracia que Portugal não era e a Carta da ONU a que Portugal não pertencia. Em seguida, adiantava três reservas de substância: em primeiro lugar, o prazo de vigência do tratado – vinte anos parecia um período demasiado longo; em segundo lugar, a questão espanhola – afirmando a unidade estratégica da Península Ibérica e a importância da Espanha para a defesa do ocidente, reclamava a integração conjunta de Portugal e Espanha na Aliança; finalmente, tentava a inclusão das colónias na zona de aplicação do tratado, o que ao abrigo do artigo v e em caso de agressão externa, garantiria a segurança e a soberania portuguesa nos territórios coloniais. Todas as pretensões portuguesas seriam recusadas, porque nenhuma delas afectava realmente as grandes potências. E a partir daqui, iniciam-se sobre Lisboa duas pressões de sinal contrário: invocando o Pacto Ibérico, a Espanha pressiona Portugal no sentido de não entrar, ou melhor, no sentido de criar as condições para a sua própria entrada; os Estados Unidos e a Inglaterra insistindo no sentido da adesão portuguesa, com pressões pessoais do Primeiro-Ministro britânico e do Secretário de Estado norte-americano. Apesar das reservas de Salazar e da divisão interna do próprio executivo, a capacidade de alternativa portuguesa é muito reduzida: num mundo bipolar, quando estavam em negociação várias adesões, uma recusa portuguesa poderia influenciar outras recusas, o que abriria uma fractura no seio do ocidente, que só favoreceria a URSS. Era uma responsabilidade demasiado onerosa e, em última instância, o que Salazar não queria. Sob pressão internacional e sem margem de manobra diplomática, Portugal decide aderir. Mais por imperativo do que por convicção. Em 4 de Abril de 1949 tornava-se membro fundador da Aliança Atlântica. Que consequências e significado teria a entrada de Portugal na NATO? Apesar da desconfiança e das reservas de Salazar – ironia da História –, a entrada de Portugal na NATO constituiria uma vitória da política externa portuguesa. Em primeiro lugar, ao nível global, a adesão de Portugal a Aliança vem possibilitar ao regime o reencontro com os vectores tradicionais da orientação diplomática portuguesa: a «vocaçãõ atlântica» e a aliança preferencial com a potência marítima. A novidade é, precisamente, o pólo de referência da potência marítima: o declínio da «velha aliança» e a emergência de um novo eixo do outro lado do Atlântico – os Estados Unidos da América. Em segundo lugar, essa vitória é ainda mais visível ao nível peninsular. Apesar da afirmação da unidade estratégica da Península Ibérica e da reclamação diplomática portuguesa para a inclusão da Espanha na Aliança, a recusa das potências ocidentais jogara a favor de Portugal. A entrada portuguesa e a exclusão espanhola virão reforçar a posição de Lisboa no quadro peninsular e constituir Portugal como o interlocutor privilegiado para o exterior.

A entrada de Portugal na NATO, em 1949, abre, assim, um dos períodos mais favoráveis da política externa do Estado Novo, que só a entrada na ONU em 1955 virá encerrar.

Em Dezembro de 1955, em conjunto com vários outros países, entre os quais a Espanha, Portugal é admitido como membro da ONU. Inicia-se, a partir de então, um movimento de sentido inverso no posicionamento internacional dos dois países ibéricos. A entrada da Espanha na ONU significa para o regime de Franco o princípio do fim do seu isolamento internacional. Pelo contrário, significa para Portugal o fim da tolerância para com o Estado Novo e o princípio da contestação internacional a política colonial do regime.

Para além da possibilidade de uma política externa multilateral, a entrada de Portugal nas Nações Unidas tem como consequência imediata e mais relevante, para o governo de Lisboa, o início do confronto com o espírito anticolonialista do movimento afro-asiático e não-alinhado que dominava a Assembleia Geral da ONU. De facto, embora a década de 50 seja, para Portugal, marcada por uma política atlântica e pelos compromissos militares com a NATO, a questão colonial constitui-se, já, entre 1956 e 1961, como uma preocupação dominante da política externa portuguesa. E, durante este período, a diplomacia portuguesa move-se já para a procura de apoios externos a política ultramarina de Portugal. E neste contexto e com este sentido, que se abre a partir de 1957 um ciclo de viagens de Estado que se inicia com o Presidente do Brasil Kubishek de Oliveira, na tentativa de uma comunidade luso-brasileira e prossegue com o Presidente do Paquistão, a Rainha Isabel II de Inglaterra, o Presidente Sukarno da Indonésia e o Imperador da Etiópia. Já no ano de 1960, continua essa política com as visitas dos Presidentes do Peru, do Nepal e da Tailândia, que culmina com as visitas do Secretário Geral das Nações Unidas, Dag Hamarskjoeld e, sobretudo do Presidente Eisenhower.

Contudo e apesar destas tentativas, o clima internacional em torno da política colonial portuguesa agrava-se e, depois do confronto ideológico na Assembleia Geral da ONU, chegará para Portugal o confronto diplomático e militar. Primeiro com a União Indiana, depois com os movimentos de libertação africanos.

Desde 1950 que a União Indiana apresentara, em Lisboa, um memorando diplomático reclamando formalmente a soberania da Índia sobre os territórios de Goa, Damão e Diu e propondo a abertura de negociações nesse sentido.

Pela primeira vez, Salazar via-se, directamente, confrontado com o problema da descolonização. Por princípio tinha dificuldade em aceitar o direito dos povos a disporem de si mesmos e, por isso mesmo, não aceitava as suas consequências políticas: a autodeterminação e independência dos povos coloniais. Mas, para além do princípio teórico, via-se agora confrontado com o problema concreto: se aceitasse a soberania indiana sobre Goa, Damão e Diu, com que legitimidade defenderia a soberania portuguesa nos outros territórios ultramarinos? O

objectivo era, pois, a manutenção intransigente e a todo o custo da integridade colonial. A estratégia da política externa portuguesa procura então, retirar as alternativas política e diplomática a União Indiana, no pressuposto de que Nehru, no seu assumido pacifismo, não recorreria a alternativa militar. E, se o fizesse, pensava Salazar, Portugal teria o apoio dos seus mais próximos aliados. Duplo erro de cálculo: em Dezembro de 1961, a União Indiana invadiu e ocupou Goa, Damão e Diu; nem a velha aliada, a Inglaterra, nem a antiga colónia, o Brasil, apoiaram a posição portuguesa. A Espanha franquista, essa, estabelecera já em 1956 relações com a Índia de Nehru, primeiro sinal de quebra da «amizade peninsular». Nenhum dos parceiros da NATO apoiou Portugal. A comunidade internacional assistiu aos acontecimentos com indiferença e a Assembleia Geral da ONU com algum regozijo.

Entre 1961 e 1974, acentua-se o isolamento e a hostilidade internacional ao Estado Novo. Reduz-se, significativamente, o empenhamento atlântico, os compromissos com a NATO e a questão colonial torna-se a preocupação quase exclusiva da política externa portuguesa.

Perdida a Índia, o problema estende-se a África. No mesmo ano de 1961 começa a guerra em Angola e, a breve trecho, Portugal vê-se envolvido em três conflitos de descolonização em três teatros de operações diferentes: Angola, Guiné e Moçambique.

Em Abril de 1961, logo no início da guerra, um grupo de militares chefiados pelo General Botelho Moniz, com o conhecimento e o assentimento da Administração norte-americana, tentaram um golpe, aliás falhado, contra Salazar. O objectivo era alterar a política colonial, abandonar a via militar e procurar uma solução política para o conflito. Depois do falhado golpe, a Administração Kennedy tentou ainda, em 1963, um acordo entre Washington e Lisboa com vista a uma solução negociada para o problema colonial português. A proposta americana era a de uma terceira via entre o integracionismo de Salazar e a independência pura e simples do movimento afro-asiático: uma fórmula de autodeterminação, que Salazar acaba também por rejeitar, inviabilizando o acordo. Entre o golpe falhado e a tentativa de acordo, a Administração norte-americana chegou a elaborar uma lista de países com quem Portugal tinha melhores relações e que, por isso mesmo, estariam em melhores condições de pressionar Lisboa a inflectir a sua posição: a Inglaterra, a Espanha, o Brasil e o próprio Vaticano. Em vão. A toda a política externa portuguesa ofereceu a mais firme resistência. Tal como sucedera na questão indiana, a Inglaterra afasta-se, agora, de Portugal no problema da descolonização africana. A Espanha por várias vezes se distancia das posições portuguesas e o próprio Brasil, sob a presidência de Jânio Quadros, assume idêntica posição. Mesmo o Vaticano se abstém de apoiar Portugal e Paulo VI, apesar da visita a Fátima em 1967, chega a receber os movimentos de libertação das colónias portuguesas já no início dos anos 70. Em matéria africana, chegava-se ao ponto mais alto na política do «orgulhosamente só». Salazar via a África como um

prolongamento natural da Europa e reservava-lhe um papel de inseparável complementaridade em relação ao velho continente. No seu pensamento essa complementaridade tinha não só funções económicas, mas também valor estratégico na defesa do ocidente, o que chegou a defender, em vão, no processo de adesão a Aliança Atlântica.

Dominada pelo vector atlântico, e absorvida pela defesa a todo o custo da integridade colonial, a política externa portuguesa confere a questão europeia, durante este período, um papel meramente secundário, para não dizer acessório.

Salazar manifestou sempre cepticismo e frequentemente hostilidade em relação ao processo de construção europeia. A posição tradicional de afastamento de Portugal das questões continentais juntava-se, agora, uma desconfiança profunda em relação aos processos de integração e supranacionalidade e, em última instância, o receio de que o envolvimento nesse processo pusesse em causa o regime autoritário. A posição de Portugal perante a construção europeia é, portanto, uma posição de afastamento. E, quando participa, fá-lo não pelo ideal político da construção da Europa, que recusava, mas pelo interesse pragmático da conjuntura. Neste contexto e apesar do peso dos Estados Unidos no quadro atlântico desde a entrada de Portugal na NATO, em matéria europeia, a política externa portuguesa continua a seguir de muito perto as posições da velha aliada Inglaterra.

Desde o segundo exercício do Plano Marshall, em 1949-1950, que Portugal tivera a sua primeira experiência nas instituições de cooperação económica europeia, na OECE. Quando, em 1957, a Inglaterra se afasta das negociações que haveriam de conduzir ao Tratado de Roma e inicia, em 1959, conversações para a constituição da EFTA, Portugal será um dos países membros.

A experiência europeia da EFTA faz emergir em Portugal, particularmente, nas elites económicas uma corrente pró-europeia que acabará por se reflectir sobre a própria orientação externa do país. A ideia da complementaridade África-Europa do pensamento de Salazar, forma-se progressivamente uma percepção dilemática para a política externa portuguesa: ou a África, ou a Europa. Em 1961, quando a Inglaterra decide pedir a adesão ao Tratado de Roma, Portugal solicita também negociações com as Comunidades Europeias com vista a um acordo de associação, o que veio a formalizar-se já em Maio de 1962. Todavia, o veto do General de Gaulle à entrada da Inglaterra acaba por arrastar, necessariamente, o malogro das negociações em curso com os outros países da EFTA, entre os quais Portugal. E só em 1969, afastado de Gaulle e depois da cimeira de Haia, é que Portugal volta a solicitar a abertura de negociações com as Comunidades Europeias. Estava-se em Maio de 1970. A negociação estender-se-ia, anda, por quase dois anos e só em Março de 1972, já depois da entrada da Inglaterra, é assinado o acordo comercial entre Portugal e a CEE.

Porém, a verdadeira «opção europeia» de Portugal, teria que esperar pela transição para a democracia.

A transição para a democracia e o regime democrático

O fim do regime autoritário, e o processo de transição para a democracia que se inicia em 25 de Abril de 1974, vem determinar uma redefinição profunda da política externa portuguesa de acordo com o espírito do programa do MFA que se traduzia, sinteticamente, pela fórmula: «democratização; descolonização; desenvolvimento». Apesar do programa do MFA anunciar e garantir o cumprimento de todos os compromissos internacionais de Portugal, tornava-se claro que esses dois simples princípios – democratizar e descolonizar – implicariam uma reinterpretação desses mesmos compromissos e uma alteração de fundo na orientação externa do Estado português. Ainda em 1974, iniciam-se as negociações com vista à descolonização dos territórios coloniais. A descolonização constituiria, de facto, o primeiro grande desafio da política externa do novo regime. Sobre a questão várias concepções ideológicas se defrontavam nos bastidores: uma primeira tendência, herdeira da proposta de Spínola em *Portugal e o Futuro*, continuava a insistir na teoria federativa; uma segunda, inspirada por Melo Antunes, procurava a constituição de um eixo neutralista, não-alinhado e terceiro mundista; finalmente, Vasco Gonçalves perfilhava uma tendência pró-soviética. Do ponto de vista político, estas «nuances» ideológicas dividiam-se em duas posições fundamentais: a primeira defendia que a autodeterminação não significava, automaticamente, independência e pugnava, intransigentemente, pela soberania portuguesa até a um referendo que deveria decidir o destino dos territórios coloniais; a segunda, pelo contrário, defendia a identidade entre autodeterminação e independência e pugnava pela transferência imediata de poderes para os movimentos de libertação, enquanto legítimos representantes dos povos coloniais. Num processo complexo, não sem reflexos importantes sobre a política interna, venceu a segunda posição. Ao mesmo tempo que no terreno se implementava o cessar-fogo, nas chancelarias iniciavam-se as primeiras negociações diplomáticas. A Guiné-Bissau, que declarara já e unilateralmente a independência em 1973, seria o primeiro país a ser internacionalmente reconhecido pela antiga potência colonial. Estava-se em Agosto de 1974. E entre Agosto de 1974 e Janeiro de 1975 seguir-se-ia, embora com variantes próprias para cada caso, o mesmo processo de transferência de poderes para os movimentos de libertação em todas as antigas colónias portuguesas.

Ao mesmo tempo que decorre o processo de descolonização, estabelecem-se relações diplomáticas com a União Soviética, os países do Leste e do Terceiro Mundo, com excepção da Albânia e da China, onde o processo conheceu maiores dificuldades, só resolvidas em 1979. Todavia, a descolonização, a abertura diplomática e o fim do isolamento

internacional do país não bastavam, por si só, para definir as novas orientações externas da democracia portuguesa. Muito pelo contrário. Sob as lutas ruidosas do processo de democratização interna, trava-se uma outra luta, silenciosa, sobre os objectivos e as opções estratégicas da política externa portuguesa. Entre Abril de 1974 e Janeiro de 1986, a política externa portuguesa oscilou entre duas orientações de fundo que marcam, igualmente, duas fases distintas: a da transição a democracia, correspondente ao período pré-constitucional dominado pelo processo revolucionário; e a da consolidação democrática, correspondente a primeira fase do período constitucional marcado pela institucionalização e estabilização do regime democrático.

O período pré-constitucional é caracterizado pela luta em torno das opções externas do país, pelo exercício de diplomacias paralelas e, conseqüentemente, pela indefinição da política externa. Apesar das lutas, das hesitações e da indefinição, durante os governos provisórios e em particular aqueles de maior preponderância militar, a orientação global da política externa portuguesa tende para uma opção terceiro mundista e para o desenvolvimento de relações privilegiadas com os novos países saídos da descolonização portuguesa. Era o último avatar, agora socializante, da tese tão cara a Salazar, da «vocaçãõ africana» de Portugal. O período constitucional que se inicia precisamente com o primeiro governo constitucional, caracteriza-se pela clarificação da política externa portuguesa e pela definição unívoca e rigorosa do posicionamento externo de Portugal. Portugal que assume, inteiramente, a sua condição de país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico. Serão estes pois, os dois vectores fundamentais e as verdadeiras opções estratégicas do Portugal democrático.

O vector atlântico significou para Portugal a permanência das características históricas da sua política externa e jogou um papel importante não só ao nível da orientação externa como também da estabilização interna do país.

No plano bilateral, esse atlantismo materializou-se no estreitamento de relações diplomáticas com os Estados Unidos e pela renovação do Acordo das Lajes em 1979 e 1983. Por estes acordos Portugal estende as chamadas «facilidades» nas bases dos Açores aos Estados Unidos da América até 1991, e recebe como contrapartida «ajudas» no sector económico e militar.

No plano multilateral, o vector atlântico traduziu-se pela manutenção e reforço da posição de Portugal na Aliança Atlântica e pela redefinição e renovação do empenhamento português nos compromissos militares da NATO, que o esforço da guerra em África tinha obrigado a abandonar desde a década de 60. No que concerne ao exército, este reforço dos compromissos traduziu-se na organização da Brigada Mista Independente, entretanto convertida em Brigada Mecanizada Independente que vem substituir e reactivar a antiga Divisão Independente do Exército e que mantém, no essencial, os seus antigos objectivos nas missões NATO no

flanco Sul da Aliança. Ao nível da Marinha e Força Aérea, reforçam-se as missões de patrulha no quadro do IBERLAND cujo comando é elevado a categoria Comando-Chefe – CINCIBERLAND – e passa a poder ser desempenhado por um oficial português.

A «opção europeia» é, no entanto, a grande novidade da política externa pós-25 de Abril e o grande desafio do Portugal democrático. Ultrapassadas as resistências antieuropeias, primeiro da opção africana do regime autoritário, depois da tentação terceiro mundista do período revolucionário, Portugal assume claramente, a partir de 1976, a «opção europeia». Agora, enquanto projecto político e não só numa perspectiva meramente económica, como quando do acordo comercial em 1972.

A aproximação de Portugal ao processo de construção europeia começa precisamente nesse ano de 1976, com a adesão ao Conselho da Europa e a assinatura dos Protocolos Adicionais ao Acordo de 1972 que constituem, em certa medida, a fase preliminar do processo de adesão. Depois de uma ronda negocial pelas capitais europeias coroada de êxito, entre Setembro de 1976 e Fevereiro de 1977, o I Governo Constitucional solicita, formalmente, o pedido de adesão de Portugal a Comunidade Europeia. Estava-se em Março de 1977. Com o pedido formal de adesão ultrapassavam-se, definitivamente, as hesitações sobre a fórmula da integração portuguesa – fosse o estatuto de pré-adesão ou da chamada «associação privilegiada» – e concretizava-se, efectivamente, a «opção europeia». Era uma opção estratégica que marcaria decisivamente o futuro do país.

Motivavam o governo e fundamentavam essa opção estratégica dois objectivos: em primeiro lugar a consolidação da democracia que a entrada de Portugal na Comunidade assegurava; e em segundo lugar a modernização e o desenvolvimento económico que a ajuda comunitária favorecia.

Ao pedido de adesão seguir-se-ia um longo e complexo processo de negociação que se estenderia por quase uma década. O culminar do processo chegaria, em Junho de 1985, com a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal a CEE. A partir de 1 de Janeiro de 1986, Portugal torna-se membro de pleno direito da Comunidade Europeia e nesse mesmo ano assinava o Acto Único Europeu.

Apesar do desenvolvimento de relações e laços de amizade e cooperação com os novos países de expressão oficial portuguesa continuarem a constituir uma preocupação importante da política externa portuguesa e, desde 1976 até ao final da década de 80, não só o governo mas também os presidentes da República, não terem poupado esforços diplomáticos para uma melhoria das relações com os PALOP, a verdade é que a opção estratégica de Portugal passa agora pela "opção europeia".

Sem alterar a sua condição atlântica, Portugal alterou o seu lugar no mundo e o seu destino na história: da África para a Europa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V.. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa. 1989.
- A.A.V.V.. «Portugal e a Integração Europeia: balanço e perspectivas». número especial da revista *Análise Social*. n.º 118-119. 1992.
- ALEXANDRE. Valentim. *As Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa. 1979.
- ALEXANDRE. Valentim. «A África no Imaginário Político Português». in *Penélope*. n: 15. 1995.
- ALEXANDRE. Valentim. *Os Sentidos do Império*. Lisboa. 1991.
- ALMADA, José de, *A Aliança Inglesa. Subsídios para o Seu Estudo*, três volumes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946-1947-1949.
- ALMADA, José de, *Convenções Anglo-Alemãs Relativas as Colónias Portuguesas*, Lisboa, 1946.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *A Tentativa Falhada de um Acordo Portugal-Estados Unidos sobre o Futuro do Ultramar Português*, Coimbra, 1994.
- ANDRADE, Luís, *Neutralidade Colaborante*, Ponta Delgada, 1993.
- ANDRÈ, Gianluca, *Il Problema delle Azzorre e la Neutralità del Portogallo durante la Seconda Guerra Mondiale*, Milano, 1971.
- ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar - o leão e a raposa*, Lisboa, 1991.
- ANTUNES, José Freire, *Nixon e Caetano*, Lisboa, 1991.
- BRAZÃO, Eduardo, *Relance da História Diplomática de Portugal*, Porto, 1940.
- BRETES, Maria da Graça, *Timor Entre Invasores, 1941-1945*, Lisboa, 1989.
- CAETANO, Marcello, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Lisboa, 4.ª edi-1971.
- CASTRO, Luís Vieira de, *D. Carlos I, elementos de História Diplomática*, Lisboa, 1934.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, *The Third Portuguese Empire (1825-1975)*, Manchester, 1985.
- DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, s.d.
- DEROU, Jean, *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*, Paris, 1986.
- DUBOIS, Pierre, «Le Traite Anglo-Allemand du 30 Aout 1898 relatif aux colonies portugaises», in *Revue d'Histoire de la Guerre Mondiale*, 1939, pp. 232-246.
- FERREIRA, José Medeiros, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, 1981.
- FERREIRA, José Medeiros, «Revisão Histórica da Participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial», in José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe*, Aveiro, 1985, pp. 61-80.
- FERREIRA, José Medeiros, «As Ditaduras Ibéricas e a Fundação da Aliança Atlântica», in *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. I, Lisboa, 1987, pp. 395-401.
- FERREIRA, José Medeiros, *Um Século de Problemas - As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica a Comunidade Europeia*, Lisboa, 1989.
- FERREIRA, José Medeiros, «A Ratificação Portuguesa do Tratado do Atlântico Norte - Nota Introdutória», in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro 1990, pp. 155-157.
- FERREIRA, José Medeiros, «Os Açores nas Duas Guerras Mundiais», in *Política Internacional*, n.º 1, Janeiro 1990, pp. 5-17.
- FERREIRA, José Medeiros, «Portugal», in *Dicionário de Política Internacional*, Lisboa, 1990, pp. 438-444.

- FERREIRA, José Medeiros, *Portugal na Conferência da Paz* (Paris, 1919), Lisboa, 1992.
- FERREIRA, José Medeiros, «Características históricas da política externa portuguesa», in *Política Internacional*, n.º 6, Primavera 1993, pp. 113-156.
- FERREIRA, José Medeiros, «Portugal em Transe», oitavo volume da *História de Portugal*, dir. Jose Mattoso, Lisboa, 1993.
- FERREIRA, José Medeiros, «A mudança de regime e as reacções internacionais», in Maria Carrilho, *Democracia e Defesa*, Lisboa, 1994, pp. 69-86.
- FERREIRA, José Medeiros, «Political Costs and benefits for Portugal arising from membership of the European Community», in José da Silva Lopes, Ed. by, *Portugal and EC Membership Evaluated*, London/New York, 1993, pp. 173-181.
- FERREIRA, José Medeiros, «Os Regimes Políticos em Portugal e a Organização Internacional da Europa», in *Política Internacional*, Vol. 1, n.º 11, Primavera-Verão 1995, pp. 5-39.
- FERNANDES, Carlos Roma, *Portugal e o Mercado Comum*, Lisboa, 1972.
- FERNANDES, Carlos Roma, *Portugal, a Europa e o Terceiro Mundo*, Lisboa, 1980.
- FERNANDES, Carlos Roma e Pedro Álvares, *Portugal e o Mercado Comum*, 2 vol., Lisboa, 1980.
- GAMA, Jaime, «A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias», in *Política Internacional*, n.º 10, Inverno 1994/95.
- GUEDES, Armando Marques, *A Aliança Inglesa. Notas da Historia Diplomática (1383-1943)*, Lisboa, 1943.
- LANGHORNE, Richard, «Anglo-German Negotiation concerning the future of the Portuguese Colonies», in *The Historical Journal*, 1973, n.º 2, pp. 361-387.
- LOPES, José da Silva, edited by, *Portugal and EC Membership Evaluated*, Londres, 1994.
- MACDONALD, Scott B., *European Destiny, Atlantic Transformations, Portuguese Foreign Policy Under the Second Republic (1974-1992)*, Londres, 1993.
- MAGALHÃES, J. Calvet de, *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, 1990.
- MAGALHÃES, J. Calvet de, *História das Relações Diplomáticas Entre Portugal e os EUA*, Lisboa, 1991.
- MAGALHAES, J. Calvet de, «Portugal e a Integração Europeia», in *Estratégia*, n.º 4, 1987-1988, pp. 33-74.
- MARTINS, General Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, 2 volumes, Lisboa, 1934-1938.
- MAXWELL, Kenneth, Ed. by, *Portuguese Defense and Foreign Policy Since Democratization*, New York, 1991.
- MIRANDA, Sacuntala de, *Portugal: O Circulo Vicioso da Dependência, 1890-1939*, Lisboa, 1991.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *As Nações Unidas e Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, 1962.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Debate Singular*, Lisboa, 1970.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Diálogos Interditos. A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, 2 volumes, Lisboa, 1979.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, 2.º Suplemento da *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, Porto, 1981.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Salazar*, 6 volumes, Porto, 1985.
- NOGUEIRA, Alberto Franco, *Um Político Confessa-se*, Porto, 1986.
- NUNES, Isabel Alexandra Gomes Ferreira, *Delimitação de uma Estratégia Diplomática Portuguesa, Portugal na II Guerra Mundial*, ISCSP, Lisboa, 1993.
- OLIVEIRA, César, *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*, Lisboa, s.d.
- OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, 1987.

- OLIVEIRA, César, «Oliveira Salazar e a Política Externa do Estado Novo», in A.A.V.V., *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, 1989, pp. 71-99.
- OLIVEIRA, César, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Lisboa, 1995.
- PRESTAGE, Edgar, «L'Alliance Anglo-Portugaise», in *Revue d'Histoire Diplomatique*, 1936, pp. 23-53.
- ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, 1994.
- ROSAS, Fernando, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, 1988.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Lisboa, 1990.
- ROSAS, Fernando, «A neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra no quadro da política externa do Estado Novo», in Hipólito de la Torre Gomez, *Portugal, Espana e Europa (1890-1990)*, Mérida, 1991, pp. 117-127.
- ROSAS, Fernando, «Estado Novo», sétimo volume da *Historia de Portugal*, dir. por Jose Mattoso, Lisboa, 1993.
- SAMPAIO, Luís Teixeira de, *Estudos Históricos*, Lisboa, MNE, 1984.
- STONE, Glyn, *The Oldest Ally, Britain and Portuguese Connection, 1936-1941*, Suffolk-Uk/New York - USA, 1994.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «ONU e Portugal»; «NATO e Portugal»; «Relações Externas de Portugal séc. XIX e XX», in *Dicionário Ilustrado da Historia de Portugal*, 2 vol., Lisboa, 1986.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês - política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, 1990.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «From Neutrality to Alignment: Portugal in the Foundation of the Atlantic Pact», *EUI Working Paper*, n.º 9/91, Florence, 1991.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na Fundacao do Pacto do Atlantico», in *Análise Social*, n.º 120, 1993, pp. 55-80.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Entre Neutralité et Belligérance. L'entrée du Portugal dans la Grande Guerre: objectifs politiques et strategies nationales*, thèse de doctorat, EUI, Florence, 1994.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «A República na Europa das Monarquias: o reconhecimento internacional da República Portuguesa (1910/1911)», in *Penélope*, n.º 16 (no prelo).
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Lisboa, 2 vol., 1990--1991.
- TELO, António José, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, 1993.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la, *Conspiração Contra Portugal (1910-1912)*, Lisboa, 1978.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha (1913-1919)*, Lisboa, 1980,
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la, *Do «Perigo Espanhol» à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*, Lisboa, 1985.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de la, *La Relacion Peninsular en la antecámara de la guerra civil de España (1931-1936)*, Mérida, 1989.
- VICENTE, Ana, *Portugal visto pela Espanha - Correspondência Diplomática (1939-1960)*, Lisboa, 1992.
- VINTRAS, Angel, *The Portuguese Connections*, Londres, 1974.
- VICENT-SMITH, John D., *As Relações Políticas Luso-Britânicas (1910-1916)*, Lisboa, 1975.
- VICENT-SMITH, John D., «The Anglo-German Negotiation over the Portuguese Colonies», in *The Historical Journal*, 1974, n.º 3, pp. 562-629.

WILEQUET, Jacques, «Anglo-German Rivalry in Belgian and Portuguese Africa», in *Britain and German in Africa, Imperial Rivalry and Colonial Rule*, Londres, 1967, pp. 245-273.

XAVIER, Alberto Pinheiro, *Portugal e a Integração Económica Europeia*, Coimbra, 1970.